

**Governo de Pernambuco**  
**Secretaria de Administração – SAD**  
**Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco - EGAPE**  
**Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE**

**CURSO DE FORMAÇÃO – EGAPE**

**Especialidade: CONTROLE INTERNO – OBRAS PÚBLICAS**

**MÓDULO IV**

**PROVA OBJETIVA – 16/06/2026**

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Não deixe de preencher as informações a seguir.

Nome																			
Nº CPF				Nº do Doc. de Identificação								Órgão Expedidor				UF			

**ATENÇÃO**

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas) horas**, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 (**ZERO**) ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala.
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas.  
**Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.**



**1. De acordo com os padrões técnicos de auditoria do setor público, a Auditoria é conceituada fundamentalmente como um processo sistemático no qual se confronta:**

- A) Uma fragilidade gerencial com uma punição administrativa de caráter coercitivo.
- B) Uma condição (fato concreto) com determinado critério (situação ideal), com o fim de emitir uma opinião ou comentários.
- C) Uma denúncia anônima com um mandado judicial de busca e apreensão de bens.
- D) Uma meta macroeconômica do governo com as despesas privadas do consórcio construtor.
- E) Uma ordem da chefia hierárquica com a disponibilidade financeira imediata do erário.

**2. No modelo metodológico de controle de obras públicas, a ferramenta que "organiza e sistematiza o planejamento do trabalho e relaciona, a partir do enunciado do objetivo, as diversas questões de auditoria e, para responder a cada uma, as fontes de informação e os procedimentos" é:**

- A) Matriz de Achados.
- B) Matriz de Responsabilização.
- C) Matriz de Planejamento.
- D) Nota Técnica de Reapreciação.
- E) Proposta de Encaminhamento Preventivo.

**3. Conforme as diretrizes de planejamento, o Objetivo da Auditoria consiste na questão fundamental a ser respondida pela fiscalização. Quanto à sua formatação técnico-textual, o objetivo deve ser obrigatoriamente apresentado sob forma:**

- A) Interrogativa direta, finalizando necessariamente com um ponto de interrogação.
- B) Declarativa, incluindo um verbo de ação, devendo toda e qualquer descrição iniciar com um verbo no infinitivo.
- C) Opinativa preliminar, qualificando o fato desde o início com adjetivos valorativos como "fraude grave".
- D) Condicional e sigilosa, indicando as hipóteses de impedimento legal da atuação do supervisor.
- E) Informal e abstrata, dispensando a delimitação do contrato, das partes ou do local da obra.

**4. A especificação correta das Fontes de Informação na Matriz de Planejamento é vital para a qualidade do trabalho de campo em obras públicas. De acordo com as advertências metodológicas, a equipe deve identificar a fonte de forma precisa e EVITAR terminologias como:**

- A) Planilha Orçamentária Analítica - Anexo do Edital.
- B) "Informações obtidas in loco" ou "Inspeções in loco".
- C) Diário de Obra mantido pelo fiscal do contrato.
- D) Acórdão do TCU obtido no portal de pesquisa da Corte.
- E) Boletins de Medição nº 01 a 08 constantes do processo administrativo.

**5. Durante a elaboração da Matriz de Planejamento, a equipe técnica correlaciona procedimentos e ferramentas operacionais. À luz das definições, a "maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo", traduzida em ações específicas (como exame documental, inspeção física ou circularização) para obter evidências, configura uma:**

- A) Vertente de desempenho.
- B) Técnica de auditoria.
- C) Medida cautelar processual.
- D) Trilha automatizada de insumos.
- E) Linha descritiva de impacto.

**6. Um Achado de Auditoria completo exige a perfeita estruturação de seus atributos. Conforme as definições, o atributo que representa a "legislação, norma, jurisprudência ou entendimento doutrinário que a equipe de auditoria compara com a situação encontrada" é denominado:**

- A) Condição.
- B) Evidência.
- C) Causa.
- D) Critério.
- E) Efeito.

**7. No âmbito da execução de fiscalizações de controle interno em obras públicas, a equipe técnica deve avaliar rigorosamente os atributos das evidências coletadas para suportar seus relatórios. De acordo com os Padrões de Auditoria de Conformidade apresentados no material de formação, o atributo da Suficiência é definido como:**

- A) A legítima condição da evidência de ser baseada em informações estritamente precisas e confiáveis.
- B) A garantia técnica de que serão obtidos os mesmos resultados se a fiscalização for repetida.
- C) O nexa claro e lógico que a informação deve guardar em relação aos critérios e objetivos da fiscalização.
- D) A condição em que a quantidade e qualidade das evidências obtidas devem convencer o leitor de que os achados, conclusões, recomendações e determinações da auditoria estão bem fundamentados.
- E) O volume físico e financeiro total dos insumos justifica o início dos trabalhos de campo.

**8. Com base na padronização da estrutura do Relatório de Auditoria, a inclusão detalhada tanto das irregularidades quanto das conformidades no corpo do texto final é obrigatória quando o trabalho decorrer de:**

- A) Auditoria de regularidade patrimonial realizada de ofício por matriz de risco da unidade técnica.
- B) Processos de denúncia ou que tenham como insumos demandas externas ou demandas do cidadão.
- C) Fiscalizações operacionais focadas estritamente na avaliação de desperdício e efetividade de custos.
- D) Inspeções extraordinárias para mensuração do volume total de recursos fiscalizados (VRF).
- E) Levantamentos iniciais planejados para mapear o funcionamento de consórcios intermunicipais.

**9. O Relatório de Auditoria pode ser integrado por peças complementares essenciais à compreensão dos achados (como tabelas e memórias de cálculo). Conforme a diferenciação técnica entre Apêndice e Anexo, o Apêndice é definido como:**

- A) O documento produzido por terceiros alheios à equipe de auditoria (ex: plantas da construtora).
- B) A manifestação de defesa prévia juntada aos autos pelos advogados dos gestores notificados.
- C) O documento produzido pela própria equipe de auditoria do Tribunal de Contas.
- D) A denúncia anônima encaminhada via Ouvidoria que disparou a fiscalização operacional.
- E) O parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município auditado.

**10. Ao realizar o monitoramento das deliberações emanadas das decisões colegiadas, a equipe de fiscalização de obras públicas do Tribunal deve avaliar individualmente cada ordem expedida. Nos termos expressos da Orientação Técnica (OT) DEX nº 15/2026 e dos slides do treinamento técnico, para cada determinação monitorada a equipe deverá registrar, de forma obrigatória, um dos seguintes cinco resultados possíveis:**

- A) Legal, Legítima, Econômica, Eficiente ou Efetiva.
- B) Prescrevida, Homologada, Liquidada, Glosada ou Executada Judicialmente.
- C) Cumprida, Cumprida parcialmente, Não cumprida, Não mais aplicável ou Não monitorável.
- D) Dolosa, Culposa Grave, Culposa Moderada, Culposa Leve ou Isenta de Culpa.
- E) Cadastrada preliminarmente, Sonogada formalmente, Arquivada provisoriamente, Convertida cautelarmente ou Transitada em julgado.

**11. Uma sociedade de economia mista estadual prestadora de serviços públicos de saneamento básico pretende realizar uma licitação para a expansão de sua rede coletora. Diante da revogação total da Lei nº 8.666/1993, a assessoria jurídica foi consultada sobre o regime legal aplicável. À luz do ordenamento jurídico vigente e considerando as esferas de exclusão e remissão normativa, assinale a alternativa correta:**

- A) As licitações e contratos das sociedades de economia mista são regidos primordialmente pela Lei nº 13.303/2016, incidindo as normas da Lei nº 14.133/2021 apenas naquilo que houver remissão expressa no próprio Estatuto das Estatais, não ocorrendo a transposição subsidiária automática e ampla das regras da Nova Lei de Licitações.
- B) Aplica-se integral, subsidiária e automaticamente a Lei nº 14.133/2021 a todos os atos de gestão da referida sociedade de economia mista, prevalecendo sobre quaisquer regras em contrário dispostas na Lei nº 13.303/2016.
- C) A extinção da Lei nº 8.666/1993 gerou um vácuo legislativo que obriga as estatais prestadoras de serviços públicos a adotarem transitoriamente o regime de execução indireta previsto no regulamento geral da autarquia contratante.
- D) As sociedades de economia mista foram integradas ao escopo obrigatório e irrestrito da Lei nº 14.133/2021 por força do princípio da simetria federativa, equiparando-se integralmente às autarquias e fundações.
- E) O Estatuto das Estatais teve sua eficácia suspensa pela Nova Lei de Licitações, razão pela qual todas as novas contratações de obras de saneamento do Estado devem seguir obrigatoriamente o rito do diálogo competitivo.

**12. No planejamento de uma licitação para a execução de uma obra pública de engenharia, a Administração Pública deve selecionar o critério de julgamento das propostas que constará obrigatoriamente no edital do certame. Considerado o rol taxativo de critérios de julgamento instituído pelo artigo 33 da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:**

- A) O critério de "maior lance" é a baliza adequada para a seleção de propostas de execução de grandes obras públicas de infraestrutura viária, sagrando-se vencedora a empreiteira que oferecer a maior oferta financeira para a execução do objeto.
- B) A Lei nº 14.133/2021 inovou ao incluir o critério de "melhor combinação de preço e marca" no artigo 33, autorizando a comissão de contratação a pontuar de forma majorada os licitantes que utilizem insumos de fabricantes nacionais previamente homologados pela autarquia.
- C) O critério de "menor preço" foi integralmente extinto pela Nova Lei de Licitações para contratos de engenharia, passando a vigorar a obrigatoriedade de adoção exclusiva do critério de "técnica e preço" para qualquer tipologia de obra pública.
- D) O artigo 33 prevê textualmente os critérios de menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico e maior lance, aplicando-se o critério de maior retorno econômico predominantemente nos contratos de eficiência.
- E) O critério de "maior desconto" possui idêntica definição operacional e jurídica que o critério de "maior retorno econômico", sendo ambos calculados a partir da taxa de rentabilidade líquida interna estimada pelo consórcio na fase de habilitação.

**13. No ano de 2026, um gestor de uma unidade de ensino pública realiza, de forma sucessiva e no mesmo exercício financeiro, três contratações diretas por dispensa de valor para serviços congêneres de manutenção em coberturas de quadras esportivas (mesmo ramo de atividade): a primeira no valor de R\$ 50.000,00; a segunda de R\$ 60.000,00; e a terceira de R\$ 40.000,00. Sabendo que o Decreto Federal nº 12.807/2025 atualizou o limite legal de dispensa para obras e serviços de engenharia para R\$ 130.984,20 no período, assinale a alternativa correta:**

- A) As contratações são regulares, uma vez que cada valor unitário considerado isoladamente (R\$ 50k, R\$ 60k e R\$ 40k) é inferior ao teto de R\$ 130.984,20.
- B) O fracionamento de despesa é considerado lícito pela nova lei desde que as contratações tenham ocorrido com intervalos superiores a trinta dias úteis entre as respectivas ordens de serviço.
- C) A irregularidade técnica desaparece se o gestor comprovar que utilizou o critério de julgamento de menor preço por item através de dispensa eletrônica.
- D) O limite monetário de dispensa em obras públicas foi extinto pela Lei nº 14.133/2021 para casos de manutenção de prédios escolares, vigorando apenas o princípio da autotutela.
- E) Configura fracionamento ilegal de despesa, visto que o somatório acumulado das contratações congêneres no mesmo exercício (R\$ 150.000,00) ultrapassa o teto legal atualizado de R\$ 130.984,20 fixado para dispensa de licitação em obras e serviços de engenharia.

**14. Uma sociedade de economia mista estadual de grande porte necessita adaptar seus limites operacionais internos de contratação direta por valor para mitigar os impactos da variação inflacionária e do aumento de insumos de construção civil. Com base nas competências corporativas disciplinadas pela Lei nº 13.303/2016, assinale a alternativa correta:**

- A) A modificação dos tetos pecuniários de dispensa de licitação é de competência exclusiva do comitê de auditoria estatutário, sendo vedada a ingerência da diretoria executiva.
- B) O Conselho de Administração da empresa pública ou sociedade de economia mista possui autonomia legal para alterar os limites monetários de dispensa de licitação por valor, com o escopo de refletir a variação de custos, admitindo-se inclusive valores diferenciados para cada sociedade.
- C) A alteração de limites econômicos de dispensa de licitação em estatais depende obrigatoriamente de autorização expressa por meio de lei em sentido estrito aprovada pela Assembleia Legislativa.
- D) A empresa estatal permanece vinculada de forma perpétua aos patamares financeiros federais, carecendo de competência própria para reajustar valores fora das balizas fixadas pela União.
- E) Qualquer alteração de valores de dispensa pelo colegiado interno exige homologação prévia do Plenário do Tribunal de Contas para resguardar a segurança jurídica do ato.

**15. No âmbito do planejamento de uma licitação para a execução de uma obra de engenharia de grande vulto (construção de uma nova unidade hospitalar), a comissão de contratação analisa qual a modalidade licitatória adequada a ser adotada. Considerando o rol de modalidades instituído pelo artigo 28 da Lei nº 14.133/2021 e as regras de aplicação e vedação pertinentes às obras públicas, assinale a alternativa correta:**

- A) O administrador público pode optar livremente pelas modalidades de Tomada de Preços ou de Convite, desde que o valor estimado da contratação de engenharia não ultrapasse os limites fixados pelo Decreto Federal anual.
- B) A modalidade obrigatoriamente aplicável para qualquer tipo de obra pública, independentemente de sua complexidade, natureza ou vulto, é o Pregão, adotando-se o critério de julgamento de maior desconto.
- C) A modalidade adequada para a contratação de obras públicas e de serviços especiais de engenharia é a Concorrência (ou, quando couber, o Diálogo Competitivo), sendo expressamente vedada pela Lei nº 14.133/2021 a utilização da modalidade Pregão para a contratação de obras.
- D) A escolha da modalidade licitatória na Nova Lei de Licitações baseia-se exclusivamente no valor estimado do contrato, devendo a comissão adotar o Leilão Eletrônico sempre que o montante da obra superar o limite de dispensa.
- E) O Concurso é a modalidade indicada para a execução física e geométrica de obras públicas de infraestrutura, adotando-se o critério de julgamento de melhor técnica combinado com outorga onerosa.

**16. No âmbito do planejamento de uma obra pública de engenharia, a elaboração do Projeto Básico constitui uma etapa crítica para garantir a viabilidade técnica e a orçamentária do empreendimento. Conforme a definição legal e os requisitos estruturais estabelecidos pelo artigo 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, o projeto básico é caracterizado como o conjunto de elementos necessários e suficientes que deve possuir, dentre outras atribuições:**

- A) Nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou o serviço de engenharia, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- B) Nível de detalhamento executivo integral e definitivo (contendo plantas detalhadas de dobras de aço e armaduras), elaborado obrigatoriamente antes da confecção dos estudos técnicos preliminares com o escopo de dispensar o processo de licenciamento ambiental prévio.
- C) Natureza meramente conceitual e genérica, baseado exclusivamente em estimativas globais e paramétricas de custos obtidas de bancos de dados privados, sendo vedada a inclusão de cronograma físico-financeiro ou de orçamento detalhado na fase anterior à licitação.
- D) Abrangência restrita aos aspectos estéticos e arquitetônicos da edificação, ficando a definição dos métodos construtivos, das memórias de cálculo de custos e do prazo de execução sob a coordenação e responsabilidade direta da auditoria do Tribunal de Contas.
- E) Validade jurídica condicionada à aprovação prévia obrigatória e homologação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), órgão autárquico que atesta a legalidade orçamentária do projeto frente aos referenciais do SINAPI.

**17. Devido a fortes chuvas em uma região serrana, o muro de contenção de uma repartição pública desabou, gerando risco imediato de desmoronamento sobre residências vizinhas. Para conter a encosta com celeridade, o Prefeito firmou um ajuste verbal com uma empreiteira local para a construção emergencial de uma estrutura de concreto armado no valor de R\$ 75.000,00. À luz das disposições sobre a formalização dos contratos administrativos e do artigo 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:**

- A) O ajuste verbal é perfeitamente válido e regular, uma vez que a situação de emergência e calamidade afasta a necessidade de instrumento escrito para contratações de valor inferior ao limite de dispensa de obras.
- B) O contrato verbal celebrado é temporariamente eficaz, ficando sua validade jurídica condicionada à ratificação por meio de termo aditivo escrito a ser assinado no prazo de noventa dias.
- C) O contrato verbal celebrado é nulo e de nenhum efeito, visto que a legislação autoriza tal excepcionalidade apenas para pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento de valor não superior a R\$ 10.000,00, patamar que afasta a validade do ajuste verbal para a obra de engenharia de R\$ 75.000,00, a despeito do cenário de emergência.
- D) A nulidade do contrato verbal gera indenização civil automática em favor da empreiteira, acrescida de multa indenizatória de dez por cento calculada sobre o valor global dos insumos aplicados.
- E) Os ajustes verbais em obras emergenciais são legítimos se o ordenador de despesas publicar uma justificativa de inviabilidade de escrita no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**18. Uma empresa de engenharia abandonou injustificadamente o canteiro de obras por mais de 60 dias em dois contratos distintos: um celebrado com uma Secretaria de Estado (regido pela Lei nº 14.133/2021) e outro firmado com uma Sociedade de Economia Mista estadual (regido pela Lei nº 13.303/2016). Após o devido processo administrativo, ambos os entes propuseram a aplicação de sanção restritiva do direito de licitar e contratar pelo prazo fixo de 30 meses. À luz das leis de regência e da tipicidade das penas, assinale a alternativa correta:**

- A) Ambas as penalidades são válidas e regulares, uma vez que o abandono de canteiro por prazo superior a 60 dias autoriza a unificação das penas restritivas de direitos pelo prazo de até 6 anos.
- B) A sanção de impedimento proposta pela Secretaria de Estado é regular, pois a Lei nº 14.133/2021 fixa o limite máximo de até 3 anos (art. 156, III e § 4º); por sua vez, a penalidade proposta pela Sociedade de Economia Mista é ilegal, pois viola o teto de 2 anos estabelecido pelo artigo 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016 para suspensão temporária.
- C) A penalidade proposta pela Sociedade de Economia Mista encontra pleno amparo legal no artigo 83, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, uma vez que o abandono de canteiro autoriza a suspensão por até trinta e seis meses.
- D) O abandono de canteiro em empresas estatais desafia unicamente a sanção de advertência escrita, sendo a suspensão temporária de licitar privativa da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.
- E) A aplicação de impedimento de licitar pelo prazo de 30 meses pela Secretaria de Estado exige a homologação por decreto do Governador do Estado para adquirir eficácia executória.

**19. Um contrato de reforma estrutural foi assinado entre uma autarquia e uma empreiteira em 15/01/2026. A Administração emitiu imediatamente a ordem de início dos serviços, e a empresa executou frentes de demolição ao longo de fevereiro. Ocorre que a divulgação do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ocorreu apenas em 25/02/2026, caracterizando descumprimento do prazo de 10 dias úteis fixado em lei. À luz do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que define a situação jurídica dos atos executados antes da publicação:**

- A) São plenamente válidos e eficazes, retroagindo os efeitos da publicação tardia para cancelar todas as medições e pagamentos efetuados no mês de fevereiro.
- B) Configuram ato jurídico perfeito e inquestionável, pois a assinatura física ou digital das partes esgota os requisitos de eficácia do pacto.
- C) São nulos de pleno direito e insuscetíveis de qualquer indenização, gerando a perda dos materiais aplicados em favor do patrimônio público por vício de objeto.

D) São juridicamente ineficazes, visto que a divulgação no PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, configurando irregularidade autônoma o descumprimento do prazo legal de 10 dias úteis para a publicação.

E) Permanecem com a eficácia suspensa de forma perpétua, exigindo a anulação de todo o procedimento licitatório antecedente e a realização de novo certame.

**20. Após a conclusão da execução física de um complexo hospitalar público, a construtora notificou formalmente a Administração solicitando o encerramento do contrato. O fiscal emitiu o termo de recebimento provisório, mas o Diretor do órgão permaneceu inerte por noventa dias, sem designar o servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo. Diante da mora e das regras do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:**

A) O recebimento definitivo opera-se de forma automática e tácita pelo mero decurso do prazo de trinta dias após o recebimento provisório, extinguindo as obrigações da contratada. B) A mora do gestor em formalizar o termo definitivo transfere a responsabilidade civil pela solidez e segurança estrutural da edificação para o controle interno do Estado.

C) O termo de recebimento definitivo de obras civis de grande vulto pode ser suprido por declaração unilateral subscrita pelo engenheiro residente da construtora contratada.

D) A Nova Lei de Licitações aboliu a figura do recebimento definitivo para obras de engenharia, unificando a entrega em ato único simplificado do agente de contratação.

E) O recebimento definitivo exige ato formal lavrado por servidor ou comissão designada mediante termo detalhado, não ocorrendo automaticamente por decurso de prazo, respondendo o contratado pela solidez e segurança da obra pelo prazo mínimo de 5 anos nos termos da lei.